

THOMAS PAINE: UM KANTIANO *AVANT LA LETTRE* E O PAPEL DA CONSTITUIÇÃO REPUBLICANA PARA A PROMOÇÃO DA PAZ

THOMAS PAINE: A KANTIAN AVANT LA LETTRE AND THE ROLE OF THE REPUBLICAN CONSTITUTION FOR THE PROMOTION OF PEACE

Ivone MOREIRA¹

Universidade Católica Portuguesa

INTRODUÇÃO

Tanto quanto me foi dado apreciar, Kant nunca menciona Paine nos seus escritos, embora Thomas Walker, em *Two Faces of Liberalism: Kant, Paine, and the Question of Intervention*², considere ser impossível que Kant ignorasse *Rights of Man*; mas, se Kant não refere Paine, a recíproca é igualmente verdadeira, por duas razões fundamentais: a primeira, e a mais importante, é a de que os temas que ambos abordam aparecem nos textos de Paine antes de serem publicados por Kant; a segunda, é a de que Thomas Paine reivindica sempre a originalidade do seu pensamento, e confessa-se, quase orgulhosamente, ignorante em relação ao conhecimento de autores muito conceituados do pensamento filosófico e político. O facto de Paine ser fundamentalmente um autodidata e não ter uma educação formal, responde, em grande medida, por essa ignorância.

A hipótese de que Kant tivesse sido um leitor de Paine, embora se afigure tentadora, não pode ser completamente comprovada aqui, e deve sempre ser feita com alguma reserva: são dois filhos do iluminismo com diferenças muito substantivas, mas com uma matriz comum; algumas destas ideias circulavam no ambiente cultural a que ambos têm acesso, nomeadamente todas as reflexões suscitadas pela Revolução Francesa.

O mérito fundamental da análise dos pontos comuns entre os dois autores é o de pôr em destaque o potencial contributo de Paine para o pensamento iluminista posterior e, ao mesmo tempo, a transformação que algumas das ideias em circulação sofreram quando foram retomadas por Kant no opúsculo *Para a Paz Perpétua* (todas as citações de Kant serão deste escrito); da parte de Paine servirão para esta comparação quatro textos fundamentais: *Rights of*

Man, volumes I e II; *The American Crisis* VII; *The Affairs of Bank and Paper Money* e ainda uma carta enviada a Assembleia Nacional de França.

A comparação entre os dois autores, a partir das temáticas de Paine retomadas por Kant, centrar-se-á na análise do papel da constituição republicana para a Paz, atentando em quatro aspetos cruciais para o pensamento político de ambos:

- a) a constituição de um Estado deve ser republicana;
- b) a constituição republicana é promotora de paz - A guerra está preferencialmente ligada aos regimes não republicanos;
- c) todos os Estados estão no “estado de natureza” – como construir a paz?
- d) para Kant a paz só pode conceber-se como definitiva, mas poderemos aspirar a ela?

Exploremos, então, o argumento.

A) A CONSTITUIÇÃO DE UM ESTADO DEVE SER REPUBLICANA.

Começaremos esta análise pela consideração, importante para os dois autores, e, todavia, distinta na sua significação, de que a constituição de um Estado precisa de ser republicana, já que, embora válida para ambos autores, as condições em que se pode verificar e em que essa constituição pode ser efetiva, divergem.

Para Thomas Paine, a constituição republicana só poderia verdadeiramente existir quando o próprio Estado fosse republicano. Pôr em ação uma constituição republicana significava admitir uma igualdade de todos os cidadãos. Para o autor, uma verdadeira constituição republicana era uma constituição democrática.

A existência de uma aristocracia hereditária era alimentada apenas pela existência de um monarca e implicava necessariamente a supremacia de uma classe dirigente. Além disso, a existência de uma monarquia hereditária, mesmo quando coadjuvada por um parlamento, não era aceitável, porque a sabedoria não é hereditária, como afirma em *Rights of Man*:

Toda a gente pode perceber o que é a representação, e que esta precisa incluir necessariamente uma multiplicidade de conhecimentos e talentos. Mas que garantia existe para as mesmas qualidades da parte da monarquia? Ou, quando esta monarquia é uma criança, onde está então a sabedoria? O que é que ela sabe acerca da governação? Onde é que está o monarca ou onde é que está a monarquia? Se é para ser desempenhada pela regência, prova-se que é uma farsa. Uma regência é uma caricatura da república, e toda a monarquia não merece melhor epíteto.³

Se se quer dar primazia à competência e ao talento nunca se pode admitir uma monarquia hereditária. O papel de um monarca só poderia ser transitório.

Paine acreditava firmemente na evolução social, de alguma forma antecipando o que viria a ser o positivismo de Comte cujo *Curso de Filosofia Positiva* veria a luz cerca de quatro décadas depois. A seu ver, a sociedade caminhava no sentido da ilustração e iluminação do seu próprio caminho e o futuro da monarquia só poderia ser a república. De resto, Paine acreditava que a Revolução Francesa teria dado o mote para o desencadear de revoluções em todos os países onde ainda existiam monarquias e dava sete anos para todas elas desaparecerem da Europa. Por isso, quando reflete sobre o destino de Luís XVI em França, Paine, que julga que o rei é um monarca benevolente, crê que o seu papel chegou ao fim quando existe uma Assembleia Nacional: aquilo que os franceses deveriam fazer era dar a Luís XVI uma pensão digna e reconduzi-lo a uma situação de cidadão comum⁴.

O problema que Paine via na existência de uma aristocracia hereditária era da ordem da justiça social: A existência de uma classe privilegiada, que só subsistia porque outros permaneciam na miséria e na ignorância, estava votada à extinção assim que o conhecimento de alternativas fosse difundido e a educação fizesse o seu papel.

A monarquia estava necessariamente dependente da existência de uma classe aristocrática que era, simultaneamente, um dos seus pilares e um sorvedouro de recursos, porque sustentar esta classe era, em última instância, uma sobrecarga para o povo. Manter esta classe privilegiada e pôr em prática uma Constituição republicana era completamente inviável. A injustiça da desigualdade caracterizava este modo de governo e começava, desde logo, no seio das próprias famílias nobres a constituírem apenas um dos filhos como herdeiro:

(...) o que [hoje] se chama aristocracia em alguns países e nobreza noutros, surgiu a partir de governos fundados após conquista. Era originalmente uma ordem militar, com o propósito de apoiar o governo militar, (porque assim eram todos os governos fundados aquando da conquista), e, para manter a sucessão desta ordem para o propósito com que ela se estabeleceu, todos os ramos mais novos destas famílias foram deserdados e a lei do morgadio (primogenitura) foi implementada.⁵

Vejamos agora a posição, conhecida, de Kant acerca da constituição republicana. Para este autor a constituição republicana funda-se nos princípios de liberdade dos membros de uma sociedade, toda ela submetida às mesmas leis, que consagrem a igualdade de todos, enquanto cidadãos.⁶

Acerca das dificuldades apontadas por Paine relativamente às fragilidades da sucessão numa monarquia, Kant julgava que uma boa constituição resolveria esse problema porque se veria antecipadamente que a sucessão não convinha e se excluiria o candidato da sucessão e se poderiam antecipar alternativas para a regência na menoridade do soberano e, esta regência, que se afigurava caricata para Paine, seria regulada pela existência de uma constituição e legitimada por ela.

Kant tem a necessidade de esclarecer que o que se entende por forma de governo republicana é aquela que supõe a separação entre o poder executivo e o poder legislativo, não decorrendo daí que a forma de soberania deva ser republicana. Após nos ter esclarecido relativamente ao tipo de constituição e ao modo de regime, Kant, todavia, acrescenta, no início

da segunda secção de *Para a Paz Perpétua*, uma nota de rodapé que introduz alguns matizes e cuja preocupação nela manifestada poderia aproximá-lo dos argumentos de Paine.

Na referida nota de rodapé, Kant discorre sobre o direito de igualdade de todos os cidadãos enquanto súbditos e pergunta se uma aristocracia hereditária era compatível com a igualdade entre todos os cidadãos e acaba a remeter a resposta à questão para a verificação empírica acerca do modo como o Estado atua, isto é, se a posição mais elevada atribuída pelo Estado a um cidadão está relacionada com o mérito ou com a pertença à aristocracia. Se, porventura, o caso é que a posição social é privilegiada em relação ao mérito, então tal desigualdade nunca poderia ser aceite pela *vontade geral* que se cristaliza numa constituição, que caracteriza a passagem da “multidão” a “povo organizado” e, sendo assim, seria injusta e inaceitável⁷.

Embora Kant proceda antes a uma análise mais complexa e diferenciada sobre o que significa a adoção de uma constituição republicana e não a vincule a uma forma de soberania republicana, ao levantar a questão sobre a desigualdade social e a injustiça da prevalência da posição social em relação ao mérito, o filósofo de Königsberg deixa aberta a possibilidade de se questionar se a constituição republicana pode ser cabalmente posta em prática num tipo de soberania que patrocine uma aristocracia e nisso aproximar-se-ia das preocupações de Thomas Paine.

B) A CONSTITUIÇÃO REPUBLICANA É PROMOTORA DE PAZ.

O aspeto a considerar a seguir é o contributo da constituição republicana para a paz. Paine vê no republicanismo um intrínseco interesse pela paz e o correspondente abandono da guerra, já que, estando o poder legislativo e executivo centralizados na nação e sendo a nação a pagar os custos da guerra não haveria qualquer interesse em promovê-la.

Para Paine a guerra interessa ao que designa por «antigos governos» – entenda-se, governos não republicanos –, porque, através dela, podem encontrar um bom pretexto para lançarem impostos e sustentarem-se: os impostos não existem para pagar os custos de um conflito; ao contrário, as guerras acontecem para que se possam aumentar os impostos porque são eles que sustentam o Estado monárquico e o monarca atua como dono do Estado e não como membro da nação e não é em nada afetado pela guerra. A guerra é um conflito promovido pela ganância dos governos não republicanos e será resolvida espontânea e naturalmente quando se abolirem os governos *sobre o povo*, porque as guerras não interessam à nação:

Ao rever a história do governo inglês, as suas guerras e os seus impostos, um observador imparcial, não cego pelo preconceito, nem pervertido pelo interesse, declararia que os impostos não são lançados para levar as guerras por diante, mas que as guerras se iniciam para levar por diante os impostos. (...) Nesta questão da guerra três coisas se devem considerar. A primeira é o direito a declará-la. A segunda, as despesas em suportá-la; a terceira, o modo de a conduzir após ter sido declarada. A constituição francesa coloca o direito onde a despesa deverá recair, e esta junção só pode dar-se na nação.⁸

De facto, tanto para Paine quanto para Kant, a guerra está preferencialmente ligada aos regimes não republicanos e decorre do facto de o soberano se comportar como dono do Estado. Também para Kant a constituição republicana é a única que pode garantir a paz, porque apenas sob uma tal constituição é que o consentimento dos cidadãos é necessário para declarar guerra e não é possível que um povo, que vai custear de vários modos o conflito, queira atrair sobre si tantas desgraças que amargarão as suas vidas não apenas no tempo de guerra, mas também no seu rescaldo. Por isso, no que toca à análise que faz do contributo dos regimes republicanos para a Paz, também Kant usa um argumento sobreponível ao apresentado por Paine:

A constituição republicana não é apenas pura na sua origem (pois brota do puro conceito de direito); também oferece uma perspectiva de atingir o resultado desejado, ou seja, uma paz perpétua, e a razão para isso é a seguinte. —Se, como é inevitavelmente o caso sob esta constituição, o consentimento dos cidadãos é necessário para decidir se a guerra deve ou não ser declarada, é muito natural que eles tenham grande hesitação em embarcar num empreendimento tão perigoso. Pois isso significaria invocar sobre si mesmos todas as misérias da guerra, como lutarem eles próprios, suprir os custos da guerra com seus próprios recursos, compensar dolorosamente a devastação que se segue, e, como o pior dos males, terem de assumir eles próprios um fardo de dívidas que amargará a própria paz e que nunca poderá ser pago por causa da ameaça constante de novas guerras.⁹

Ambos os autores reconhecem que na constituição republicana se dá voz aos cidadãos. A diferença é que, para Paine, este processo será sempre incompatível com o governo monárquico, que Paine julga ser um governo baseado em princípios militares e de conquista, porque de outro modo não conseguirá sustentar-se. Paine, ao contrário de Kant, não estabelece a diferença entre forma de soberania e forma de governo, pelo que uma monarquia nunca poderá ter uma forma de governo republicana.

Paine está convencido que o estabelecimento de uma constituição republicana, e a consequente abolição da monarquia, serão de tal forma atrativos para os povos que o sistema republicano se propagará rapidamente pela Europa, a partir da experiência revolucionária em França, e que isso significará que os povos deixarão de ter interesse em fazer guerras e a paz será a consequência natural da difusão do regime republicano por toda a Europa. Se bem que, paradoxalmente, Paine estivesse pronto a colaborar para o financiamento da expansão militar napoleónica com vista a esse fim último pacífico.

Apesar de Kant não ser tão otimista quanto Paine em relação ao futuro pacífico da Europa nem acreditar na difusão automática dos regimes republicanos, Kant também concorda que os governos republicanos contribuem para a paz e que a guerra está preferencialmente ligada ao governo não republicano. A este propósito afirma:

(...) (N)uma constituição em que o súbdito não é cidadão e, portanto, não é republicana, é a coisa mais simples do mundo ir para a guerra. Pois o chefe de Estado não é um concidadão, mas o dono do Estado, e uma guerra não o obrigará a fazer o menor sacrifício no que diz respeito aos seus banquetes, à caça, prazeres palacianos e festas da corte. Ele pode assim decidir sobre a guerra, sem nenhum motivo significativo, como uma espécie de divertimento, e despreocupadamente deixar que o corpo diplomático (que está sempre pronto para tais fins) justifique a guerra por uma questão de decoro.¹⁰

Para Kant, todavia, era possível ao soberano, fosse ele de que tipo fosse, governar seguindo uma constituição republicana que consagrasse a separação de poderes e a igualdade de todos os cidadãos perante a lei, o que eliminaria o fator de o soberano se comportar como dono do Estado. O fundamental para Kant seria garantir que enquanto indivíduo, sob um regime republicano, este tinha garantida a liberdade e enquanto súbdito teria garantida a sua igualdade, portanto a sua posição não fazia dele um instrumento de guerra por conta do soberano, coisa que acontecia num regime não republicano.

Paine associa o regime republicano a um tipo de soberania republicana e democrática, considerando a sociedade civil sempre virtuosa e, podemos deduzir, a resolução dos problemas através da democracia direta seria uma forma de dispensar o governo, tal como exemplificava que havia acontecido durante a guerra da independência nas colónias americanas, sendo esta uma forma de escapar ao mal menor que sempre caracteriza o governo, que Paine, todavia, reconhece como necessário, sobretudo em caso de comunidades extensas.

Kant sublinha a diferença do seu pensamento nesta matéria fazendo notar que a democracia – sobretudo a democracia direta – seria por definição o regime em que era impossível haver separação de poderes e, portanto, configurava necessariamente um despotismo, daí ser tão importante distinguir forma de soberania e forma de regime, de modo a desligar republicanismo e democracia¹¹.

C) TODOS OS ESTADOS ESTÃO NO “ESTADO DE NATUREZA” ENTRE SI – COMO CONSTRUIR A PAZ?

A asserção explorada no opúsculo *Para a Paz Perpétua*, publicado em 1795, que vem a ser tão importante para o pensamento político de Kant, de que os vários Estados se encontram no “estado de natureza” e que é do interesse dos próprios erradicar essa situação, aparece já em Paine em *Rights of Man*, parte II, publicado pela primeira vez em 1792, quando este afirma:

Todos os governos europeus (excluindo agora o de França) estão constituídos não no princípio da civilização universal, mas no seu inverso. Até agora, estes governos, na sua relação uns com os outros, estavam na mesma condição a que chamamos vida não civilizada, colocam-se acima da lei, quer a de DEUS, quer a dos homens, e estão, no que respeita ao princípio e conduta recíproca, como muitos indivíduos, no estado de natureza.¹²

A expectativa de Thomas Paine, com o otimismo que lhe assinala Walker¹³, e que é visto por Francis Canavan como um certo «futurismo redentor» ou «messianismo político»¹⁴, é a de que, como acima referimos, a partir da revolução iluminista em França e da instauração de uma república no coração da Europa, surja a expansão do republicanismo e, com ela, um clima de fraternidade entre os povos.

Como Walker sublinha, há em Paine uma perspetiva otimista relativamente à natureza humana e, acrescento eu, ao mesmo tempo enviesada, já que associa os conflitos entre os

povos apenas ao regime monárquico e julga que basta erradicar a monarquia e difundir o regime republicano para que vingue a solidariedade e a cooperação entre as nações. Kant, que é filósofo, pessimista e cauteloso, apesar de julgar o estabelecimento do governo republicano uma garantia de paz, atendendo a razões também presentes no pensamento de Paine, tende a julgar que o governo republicano não basta – é condição necessária, mas não suficiente; por isso, advoga que se estabeleça um *Foedus Pacificum* em que vários estados se rejam por alguma forma de legislação comum.

Também aqui, os dois autores partilham algum caminho e manifestam também grandes diferenças. Paine delega a confiança na fraternidade entre os homens para quando todos os regimes forem republicanos; até lá, relativamente aos regimes de modelo antigo, isto é, monárquicos, reconhece os méritos de um sistema de regulação internacional, como se depreende da referência que faz a Henrique IV de França, que Paine afirma ter tido o plano de constituir um congresso europeu, outro nome possível para o *Foedus Pacificum*, ou: “(...) uma República pacífica, nomeando delegados de todas as Nações, que deveriam atuar como um tribunal arbitral em qualquer disputa que pudesse surgir entre nações”¹⁵, plano que, se tivesse ido por diante, teria poupado muitas vidas e impostos à Europa.

Paine julgava que o estabelecimento de um regime republicano em França iria, por contágio, espalhar-se a outros países da Europa e erradicar a monarquia no espaço de sete anos. A república de França iria consciencializar os outros povos da possibilidade de tomarem conta dos seus destinos no respeito pelos direitos do homem. O modo como isto iria fazer-se não está dito que fosse apenas pelo exemplo e de modo pacífico; bem ao contrário, Paine chega a contribuir financeira e intelectualmente para a invasão, a que ele chama libertação, de Inglaterra por Napoleão Bonaparte – a quem ofereceu os seus préstimos financeiros e a si próprio como conselheiro em carta enviada ao *Conseil des Cinq-Cents* em 28 de janeiro de 1798:

(...) Embora não seja conveniente para mim, na situação atual dos meus negócios, subscrever o empréstimo para a invasão de Inglaterra, as minhas economias permitem-me fazer uma pequena doação patriótica. Eu envio cem livres, e com elas todos os votos do meu coração para o sucesso da invasão, e a oferta voluntária para qualquer serviço que eu possa prestar para promovê-la. Não haverá paz duradoura para a França, nem para o mundo, até que a tirania e a corrupção do governo inglês sejam abolidas, e a Inglaterra, como a Itália, se tornem repúblicas irmãs.¹⁶

Também Kant julga que a existência de um governo republicano é um evento polarizador da paz para os países que o circundam, porque o governo republicano é visto como uma garantia para a paz: “pois se, por sorte, uma nação poderosa e iluminada formar uma república (que é por natureza inclinada a buscar a paz perpétua), esta fornecerá um foco para uma associação federal entre outros estados”¹⁷. Todavia, para Kant, esta influência polarizadora far-se-ia sentir mobilizando, influenciando, mas não forçando os outros Estados e a sua autonomia, pois como Kant sublinha nos artigos preliminares de *Para a Paz Perpétua*, “nenhum Estado interferirá à força na constituição e governo de um outro Estado”¹⁸.

Com um sentido mais realista e indo mais longe que Paine, ao reconhecer, tal como este último, que os Estados estão no estado de natureza e o papel benéfico que uma constituição

republicana pode representar, Kant respeita a autonomia dos povos e interpela os vários Estados e a sua condição não civilizada para os induzir a estabelecerem entre si uma ordem que leve a uma federação:

Povos ou nações vistas como Estados, podem ser consideradas como indivíduos. Os homens que agora vivem no “estado de natureza” independentes de leis externas, pela sua própria vizinhança uns em relação aos outros, dão ocasião a ofensas ou prejuízos mútuos. Cada povo, em nome da sua própria segurança, pode e deve exigir dos outros que entrem com ele numa constituição, similar a uma constituição civil, na qual o direito de cada um seja assegurado. Isso dará origem a uma Federação Internacional dos Povos.¹⁹

Paine, apesar de julgar que uma fraternidade universal resultaria espontaneamente da instituição dos regimes republicanos, quando toca à expansão destes regimes, vai defender a intervenção. Se Paine não demonstra respeito pela autonomia dos povos é porque para si o homem se enraíza na sua própria natureza que é universal e não na distinta cultura a que cada um pertence; por isso, Paine se afirmava cidadão do mundo, enquanto Kant julga que a natureza tratou de separar os Estados dando-lhes línguas e religiões diferentes, o que contribuiu para o seu desenvolvimento e também para o facto de a Paz não ser automática, mas promovida, querida e desejada, para Paine não há qualquer intencionalidade da natureza na separação dos povos, tratando-se meramente de um traço acidental²⁰.

Embora o ideal cosmopolita possa estar presente nos dois autores – em Paine está certamente de forma mais discreta do que em Kant –, Paine preconiza uma fraternidade universal baseada numa crença na boa natureza do homem que se inclina naturalmente à fraternidade. Embora Paine nunca o mencione, os ideais de Rousseau podem ter influenciado o seu pensamento, mais que não seja pelos clubes de debate de que Paine participou, sobretudo em França. Já Kant, a sua reflexão acerca do papel de indivíduos singulares para a relação entre estados, desde mercadores a intelectuais, e a sua visão acerca da própria relação dos estados entre si, não sofre de nenhuma forma de ingenuidade: a natureza humana não lhe merece essa confiança cega, pelo que as várias formas de relação passam pela aceitação de leis que comprometam as partes envolvidas numa convivência racional.

E) PARA KANT A PAZ SÓ PODE CONCEBER-SE COMO DEFINITIVA, MAS PODEREMOS ASPIRAR A ELA?

No que diz respeito aos tratados de paz entre as nações, as propostas dos dois autores diferem. Enquanto Kant indaga das condições de possibilidade de uma paz perpétua, a única que mereceria o nome de paz, porque ou a paz seria perpétua ou estávamos em presença de um abuso de linguagem e um contrassenso, para Paine a investigação gira à volta da paz possível e, pela própria natureza humana, seria impossível almejar alcançar uma paz perpétua.

Todavia, num dos primeiros textos de Thomas Paine aparecem afirmações que reconhecem o carácter enganoso e fugaz dos tratados de paz, a que Kant viria mais tarde a

chamar armistícios. O desenvolvimento das consequências dessas afirmações poderia muito bem resultar naquilo que vão ser as propostas Kantianas. Em *The American Crisis* VII (publicada em 1776), Paine afirma: “A Paz por tratado é apenas um suspender da violência para uma reforma dos sentimentos. É um substituto para um princípio que está a faltar e que estará a faltar sempre até que a ideia da honra nacional seja devidamente entendida”²¹.

Kant reconhece que os tratados de paz não passam de armistícios e que a busca da Paz passa pela submissão à lei, mas também passa pela exigência de que outros povos entrem numa espécie de acordo ou de constituição comum a que todos estejam na disposição de obedecer. Talvez se possa ver nesta proposta de Kant um eco da “honra das nações devidamente entendida”, a que Paine alude, e que se manifestaria na exigência dos estados vizinhos de uma garantia de paz.

Em *Dissertations on Government, The Affairs of the Bank and Paper Money*, texto anterior a *Rights of Man*, ao refletir sobre os tratados de paz que se celebram entre os Estados, Paine, fiel à sua abordagem empírica da realidade e à ideia de que cada geração deve viver liberta dos compromissos assumidos pela geração anterior, ou, pelo menos, com a oportunidade de os rever adaptando-os às novas necessidades, propõe exatamente o oposto do que propõe Kant, tratados de paz com duração definida:

(...) provavelmente seria uma melhoria considerável no sistema político das nações fazer todos os tratados de paz por um tempo limitado. É da natureza da mente sentir-se desconfortável com a ideia de um condicionamento perpétuo e despertar, em si mesma, apreensões que não aconteceriam se não fosse por essa causa. Se os tratados de paz fossem renováveis a cada sete ou dez anos, o efeito natural seria fazer com que a paz durasse mais tempo do que sob o costume de acordar a paz para sempre. Se as partes sentissem apreensão, acerca de quaisquer inconveniências acerca dos acordos já celebrados, aguardariam pelo momento em que poderiam ser eventualmente dispensadas [do seu cumprimento] e poderiam renovar o tratado sobre melhores condições.²²

Um tratado de paz com duração definida serviria, em seu entender, como um escape para a tensão política entre os Estados envolvidos. Paine via nesta datação concreta uma oportunidade dos intervenientes lhe dedicarem mais atenção incentivando os envolvidos a cumprir os seus requisitos caso quisessem renová-lo. A ameaça que pendia das condições provisórias de um tal tratado obrigava os seus subscritores a terem mais atenção ao modo como o punham em prática.

A predileção de Paine pelo empírico e o contingente condiciona o que privilegia em termos de negociação de Paz: os homens são finitos e limitados e não há aqui nenhum horizonte kantiano de ideias polarizadoras da razão a influir no modo como se aspira à ou se gere a paz.

CONCLUSÃO

A análise dos pontos de contacto entre os dois autores não nos pode fazer esquecer a profunda divergência que existe entre estes dois modos de pensar, apesar de partilharem idênticas preocupações.

De facto, para Kant, a ação humana deve idealmente poder conformar-se à razão, e não faria sentido que fosse de outro modo, a razão prática deve responder ao que se deve fazer e a ação do homem não pode ficar entregue ao que, fatalmente, somos inclinados a fazer. Importa definir questões de princípio, importa garantir a Paz definitiva pelo exercício de uma forma de autonomia moral. O ideal republicano diz respeito mais ao modelo de regime que ao modelo de Estado.

Já Paine, está interessado na dimensão psicológica do agir e na capacidade de intervenção política completamente empírica e preocupado, não com as decisões de princípio ou sequer com as condições de possibilidade de estabelecimento da Paz ou da sociedade das nações, da independência de uma constituição republicana que poderia florescer, ainda que o Estado não fosse republicano, mas preocupa-se antes com a gestão quotidiana das paixões humanas, a paz empiricamente possível, a igualdade garantida por um Estado republicano, nem que fosse preciso recorrer à revolução.

Quando se considera Kant um dos grandes expoentes do iluminismo estamos a reconhecer que nele se manifestaram de modo acabado e crítico as ideias que fervilharam neste período e que começaram a ser esboçadas por pensadores tão independentes e tão desenraizados do sistema quanto Thomas Paine²³, o objetivo deste texto foi mostrar como alguns dos temas tratados por Kant em *Para a Paz Perpétua* apareceram antes aflorados nos textos de Thomas Paine, a quem é de justiça reconhecer a pioneira genialidade.

Resumo. Não se pode estabelecer uma ligação efetiva entre os escritos de Thomas Paine e de Kant: a profundidade de tratamento dos temas e o ponto de partida para a sua discussão são distintos nestes dois autores, e Thomas Paine está longe de ser uma referência nos escritos políticos de Immanuel Kant. É inquestionável, no entanto, que existem pontos de contacto entre estes pensadores que, apesar de provirem de ambientes intelectuais tão diferentes, a história uniu num mesmo século, e a quem deu palcos tão distintos, ambos de grande relevância na sua época.

As discussões teóricas acerca das transformações políticas e sociais da Europa do Século XVIII revelam inquietações filosóficas semelhantes, provenientes dos mais variados quadrantes. Uma, estão teoricamente bem estruturadas, como aquelas que aparecem em textos de Jean Jacques Rousseau e de Immanuel Kant. Outras, parecem não ser mais do que intuições de autodidatas e polemistas; estão neste caso os escritos de Thomas Paine.

A escrita de Paine deu voz a muitas ideias que circulavam nas discussões intelectuais do seu tempo, mas antecipou também outras que viriam mais tarde a ser plenamente desenvolvidas, por vezes num sentido completamente diferente, por autores tão proeminentes como Kant. Neste sentido, a leitura simultânea de textos de Paine, como *Rights of Man* ou *Dissertations on Government, The Affairs of the Bank and Paper Money*, e do texto de Kant *Zum ewigen Frieden* permite identificar um conjunto de temas e de inquietações que atravessam os vários textos. O pensamento criativo, se bem que teoricamente pouco estruturado, de Paine parece ter antecipado noções que virão a ser exploradas por Kant, certamente com um alcance e sentido diferentes, no seu opúsculo acerca da paz, *Zum ewigen Frieden*.

O presente artigo ilustrará como a “razão na história” antecipou nos textos de Thomas Paine alguns dos temas tratados por Immanuel Kant naquele opúsculo.

Palavras-Chave: Kant, Paine, Cosmopolitismo, Constituição Republicana, Revolução Francesa, Republicanismo, Paz.

Abstract. An effective link cannot be established between the writings of Thomas Paine and those of Kant. The different approach they both have to the subjects and the starting point for their discussion are different, and Thomas Paine is far from being a reference in Kant's political writings. It is unquestionable, however, that there are contact points between these thinkers discourse.

Theoretical discussions about the political and social transformations of Europe in the 18th century reveal similar philosophical concerns from the most varied quarters. Some are academically well structured, like those that appear in texts by Jean Jacques Rousseau and Immanuel Kant. Others seem to be no more than the intuitions of autodidacts and polemicists; in this case are the writings of Thomas Paine.

Paine's writings gave voice to many ideas that circulated in the intellectual discussions of his time, but also anticipated others that would later be fully developed, sometimes in a completely different sense, by such prominent authors as Kant. In this sense, texts by Paine, such as *Rights of Man* or *Dissertations on Government*, *The Affairs of the Bank and Paper Money*, and the text by Kant *Zum ewigen Frieden* allows us to identify a set of themes and concerns that cross them all. Paine's creative thinking, although theoretically unstructured, seems to have anticipated notions that would be explored by Kant, certainly with a different scope and meaning, in his pamphlet: *Perpetual Peace. A Philosophical Sketch*.

The present article will illustrate how "reason in history" somehow anticipated in the texts of Thomas Paine some of the themes dealt with by Immanuel Kant in that philosophical sketch.

Keywords: Kant, Paine, Cosmopolitanism, Republican Constitution, French Revolution, Republicanism, Peace.

REFERÊNCIAS

Canavan, Francis, "Thomas Paine", in: Leo Strauss and Joseph Cropsey (Eds.), *History of Political Philosophy – second edition*, Chicago: The University of Chicago Press, 1973, pp. 652-658.

Paine, Thomas, *The Writings of Thomas Paine*, Vol. I-IV, Collected and Edited by Moncure Daniel Conway, New York: Putnam and Sons, 1894.

Paine, Thomas, *Rights of Man, Common Sense and Other Political Writings*, Edited with an Introduction and Notes by Mark Philp, Oxford: Oxford University Press, p. 504.

Kant, Immanuel, *Kant's political writings*, Reiss, H. (ed.), Cambridge: Cambridge University Press, 1970, p. 309.

Walker, Thomas "Two Faces of Liberalism: Kant, Paine, and the Question of Intervention", *International Studies Quarterly* 52 (2008): pp. 449–468.

Walker, Thomas C. "The Forgotten Prophet: Tom Paine's Cosmopolitanism and International Relations," *International Studies Quarterly* 44 (2000): pp. 51-72.

NOTAS / NOTES

¹ Ivone Moreira has a PhD in Modern Philosophy by the Catholic University of Portugal. Currently she is an invited professor at the Institute for Political Studies of the same university, where she is a coordinator of the Masters programme in Political Science and International Relations. Ivone Moreira has publications in Political Philosophy, Modern Philosophy and Portuguese Philosophy in Brazil, Cambridge (UK), Hungary, Portugal, Spain and United States. She is a member of the Research Centre of the Institute for Political Studies and of the Scientific Society of Catholic University.

² Cf. Thomas Walker, "Two Faces of Liberalism: Kant, Paine, and the Question of Intervention", *International Studies Quarterly* (2008) 52, 449–468, p. 462, nota.

³ "All men can understand what representation is; and that it must necessarily include a variety of knowledge and talents. But what security is there for the same qualities on the part of monarchy? or, when the monarchy is a child, where then is the wisdom? What does it know about government? Who then is the monarch, or where is the monarchy? If it is to be performed by regency, it proves to be a farce. A regency is a mock species of republic, and the whole of monarchy deserves no better description, Paine, Thomas, *Rights of Man*, Part II, *The Writings of Thomas Paine*, Vol. II, Collected and Edited by Moncure Daniel Conway, New York: Putnam and Sons, 1894, p. 425.

⁴ Cf. Paine, Thomas, *Rights of Man*, Part II, , p.514 (nota)

⁵ That, then, which is called aristocracy in some countries and nobility in others arose out of the governments founded upon conquest. It was originally a military order for the purpose of supporting military government (for such were all governments founded in conquest); and to keep up a succession of this order for the purpose for which it was established, all the younger branches of those families were disinherited and the law of *primogeniture* set up. Paine, Thomas, *Rights of Man*, Part II, p. 321.

⁶ “A republican constitution is one that is established, first on principles of the freedom of the members of a society (as individuals), second on principles of the dependence of all upon a single common legislation (as subjects), and third on the law of their equality (as citizens of a state)”, Kant, I., *Kant’s political writings*, Reiss, H. (ed.), Cambridge: Cambridge University Press, 1970, p. 99.

⁷ But as for the right of equality of all citizens as subjects, we may ask whether a *hereditary aristocracy* is admissible. The answer to this question will depend entirely on whether more importance is attached to the superior rank granted by the state to one subject over another than is attached to *merit*, or vice versa. Now it is obvious that if rank is conferred according to birth, it will be quite uncertain whether merit (skill and devotion within one’s office) will accompany it; it will be tantamount to conferring a position of command upon a favoured individual without any merit on his part, and this could never be approved by the general will of the people in an original contract, which is after all the principle behind all rights. For it does not necessarily follow that a nobleman is also a *noble man*. Kant, I., *Kant’s political writings*, p. 99.

⁸ “In reviewing the history of the English Government, its wars and its taxes, a bystander, not blinded by prejudice nor warped by interest, would declare that taxes were not raised to carry on wars, but that wars were raised to carry on taxes. (...) On this question of war, three things are to be considered. First, the right of declaring it: secondly, the expense of supporting it: thirdly, the mode of conducting it after it is declared. The French constitution places the right where the expense must fall, and this union can only be in the nation.” Paine, Thomas, *Rights of Man*, Part II, pp. 316 e 318.

⁹ “The republican constitution is not only pure in its origin (since it springs from the pure concept of right); it also offers a prospect of attaining the desired result, i.e. a perpetual peace, and the reason for this is as follows. —If, as is inevitably the case under this constitution, the consent of the citizens is required to decide whether or not war is to be declared, it is very natural that they will have great hesitation in embarking on so dangerous an enterprise. For this would mean calling down on themselves all the miseries of war, such as doing the fighting themselves, supplying the costs of the war from their own resources, painfully making good the ensuing devastation, and, as the crowning evil, having to take upon themselves a burden of debt which will embitter peace itself and which can never be paid off on account of the constant threat of new wars”. Kant, I., *Kant’s political writings*, p. 100.

¹⁰ “ (...) But under a constitution where the subject is not a citizen, and which is therefore not republican, it is the simplest thing in the world to go to war. For the head of state is not a fellow citizen, but the owner of the state, and a war will not force him to make the slightest sacrifice so far as his banquets, hunts, pleasure palaces and court festivals are concerned. He can thus decide on war, without any significant reason, as a kind of amusement, and unconcernedly leave it to the diplomatic corps (who are always ready for such purposes) to justify the war for the sake of propriety”. Kant, I., *Kant’s political writings*, p. 100.

¹¹ Kant, I., *Kant’s political writings*, p. 101

¹² “All the European governments (France now excepted) are constructed not on the principle of universal civilisation, but on the reverse of it. So far as those governments relate to each other, they are in the same condition as we conceive of savage uncivilised life; they put themselves beyond the law as well of GOD as of man, and are, with respect to principle and reciprocal conduct, like so many individuals in a state of nature.” Paine, Thomas, *Rights of Man*, Part II, p. 455.

¹³ Thomas C. Walker, “The Forgotten Prophet: Tom Paine’s Cosmopolitanism and International Relations”, *International Studies Quarterly* (2000) 44, 51–72, p. 52.

¹⁴ “There was in Paine’s thought more than a trace of what has been called ‘redemptive futurism’ or ‘political messianism’, the crusading faith that a revolution in the social and political order would uproot the tares of evil in man, and create a new and sinless humanity”, Canavan, Francis, “Thomas Paine”, in: Leo Strauss and Joseph Cropsey (Eds.), *History of Political Philosophy – second edition*, Chicago: The University of Chicago Press, 1973, p. 652.

¹⁵ Cf. “It is attributed to Henry the Fourth of France, a man of enlarged and benevolent heart, that he proposed, about the year 1610, a plan for abolishing war in Europe. The plan consisted in constituting an European Congress, or as the French authors stile it, a Pacific Republic; by appointing delegates from the several Nations who were to act as a Court of arbitration in any disputes that might arise between nation and nation”. Paine, Thomas, *Rights of Man*, Part II, p. 387.

¹⁶ “Though it is not convenient to me, in the present situation of my affairs, to subscribe to the loan towards the descent upon England, my economy permits me to make a small patriotic donation. I send a hundred Livres, and with it all the wishes of my heart for the success of the descent, and a voluntary offer of any service I can render to promote it. There will be no lasting peace for France, nor for the world, until the tyranny and corruption of the English government be abolished, and England, like Italy, become a sister republic.” Paine, Thomas, “To the People of England on The Invasion of England”. *The Writings of Thomas Paine*, Vol. IV, Collected and Edited by Moncure Daniel Conway, New York: Putnam and Sons, 1894, p. 450.

¹⁷ “ (...) for if, by good fortune one powerful and enlightened nation can form a republic (which is by nature inclined to seek perpetual peace) thus will provide a focal point for federal association among other states” Kant, I., & In Reiss, H. (ed.), *Kant’s political writings*, Cambridge: Cambridge University Press, 1970, p.104.

¹⁸ “No State shall forcibly interfere in the Constitution and Government of another state”. Kant, I., *Kant’s political writings*, p. 96.

¹⁹ “Peoples or nations regarded as States, may be judged like individual men. Now men living in a state of Nature independent of external laws, by their very contiguity to each other, give occasion to mutual injury or lesion. Every people, for the sake of its own security, thus may and ought to demand from any other, that it shall enter along with it into a constitution, similar to the Civil Constitution, in which the Right of each shall be secured. This would give rise to an International Federation of the Peoples. Kant, I., *Kant’s political writings*, p. 102.

²⁰ Quando reflete sobre as diferenças religiosas, como deísta, defende que há apenas um Deus que se agrada de todas as diferentes formas de culto que são, em si mesmas, equivalentes.

²¹ “Peace by treaty is only a cessation of violence for a reformation of sentiment. It is a substitute for a principle that is wanting and ever will be wanting till the idea of *national honour* be rightly understood. Paine, Thomas, “The American Crisis, VII,” *The Writings of Thomas Paine*, Vol. I, Collected And Edited By Moncure Daniel Conway, New York: Putnam and Sons, 1894, p. 279.

²² (...) it would probably be a considerable improvement in the political system of nations, to make all treaties of peace for a limited time. It is the nature of the mind to feel uneasy under the idea of a condition perpetually existing over it, and to excite in itself apprehensions that would not take place were it not from that cause. Were treaties of peace made for, and renewable every seven or ten years, the natural effect would be, to make peace continue longer than it does under the custom of making peace for ever. If the parties felt, or apprehended, any inconveniences under the terms already made, they would look forward to the time when they should be eventually relieved therefrom, and might renew the treaty on improved conditions”. Paine, Thomas, “Dissertations on Government, The Affairs of the Bank and Paper Money”, *The Writings of Thomas Paine*, Vol. II, Collected and Edited By Moncure Daniel Conway, New York: Putnam and Sons, 1894, pp. 165-166.

²³ As diferenças de temperamento entre os dois autores foram sublinhadas noutros estudos: Thomas C. Walker, em “Two faces of Liberalism: Kant, Paine, and the Question of Intervention”, contrasta os autores sublinhando as disparidades no seu conceito de liberalismo atribuíveis a uma conceção distinta de natureza humana: a um otimismo de Paine, que teima ver a natureza humana como originalmente boa – à maneira de Rousseau – com as sociedades humanas a refletirem esse mesmo padrão, opõe-se um pessimismo kantiano para quem a natureza humana é feita de uma madeira corroída que transpõe para a sociedade a sua mesma corrupção. Cf. Thomas C. Walker, “Two faces of Liberalism...pp. 449-468.

Date of submission: 18/05/2022

Date of acceptance: 24/06/2022

